

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Núcleo de Apoio Regional de Timóteo**

Parecer Técnico IEF/NAR TIMÓTEO nº. 57/2020

Belo Horizonte, 08 de dezembro de 2020.

1 Histórico:

Protocolo SGP: 04040000364/20

Data de formalização do processo: 04/11/2016

Data da vistoria: 00/00/0000

Data de emissão do parecer técnico: 08/12/2020

■ Taxas:

- DAE - taxa de expediente - valor: R\$ 463,95 - quitada.

- DAE - madeira nativa - 0,75 m³ - valor: R\$ 26,03 - quitada.

2 Objetivo:

É objeto desse parecer analisar a solicitação de intervenção para Corte ou aproveitamento de 04 (quatro) árvores isoladas nativas vivas, correspondente a área de 0,04 ha.

3 Caracterização do imóvel/empreendimento:**3.1 do imóvel rural:**

O imóvel denominado Fazenda Boa Vista, possui área total de 12,10 ha, conforme Declaração de Posse apresentada, registrada sob o nº 49826 – livro B 76, folha 247, do Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas, Comarca de Ipatinga - MG, datado de 06/06/2012, localizada no Município de Santana do Paraíso - MG, correspondendo a 0,403 módulos fiscais, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, UTM – SIRGAS 2000, coordenadas Plano Retangular, Zona 23, Longitude 756.881 e Latitude 7.861.15.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3158953-EB09.C1FD.6F18.4FAA.B9A8.7D3B.BBA9.1B23

- Área total: 11,8038 ha

- Área de reserva legal: 4,3684 ha

- Área de preservação permanente: 0,7331 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 0,00 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

- () A área está preservada: não informada
- () A área está em recuperação: não informada
- () A área deverá ser recuperada: não informada

- Formalização da reserva legal:

- (X) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Não é o caso

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

- (X) Dentro do próprio imóvel () Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade
- () Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

Em conformidade com o CAR, a área de Reserva Legal apresenta 02 fragmentos.

- Parecer sobre o CAR:

A Declaração de Posse do imóvel apresenta área total de 12,10 ha e a área declarada no CAR é de 11,8038 ha.

Verificou-se através de imagens de satélites, disponíveis no Google Earth, que as informações prestadas no CAR apresentado, que na composição da Reserva Legal, foram computadas áreas de preservação permanente, ou seja, APP de nascente, o CAR deveria estar computando a reserva legal desconsiderando as áreas de preservação permanente, no entanto, pelo fato descrito, o CAR apresentado está em desacordo com a legislação vigente.

Salienta-se que no CAR apresentado foram demarcados dois fragmentos de vegetação nativa, sendo um fragmento com área de 3,6684 ha e o outro com área de 0,700 ha, totalizando área total de reserva legal correspondente a 4,3684 ha.

4 Intervenção ambiental requerida:

Foi apresentado Requerimento para Intervenção Ambiental Simplificada, em consonância com o Decreto 47.749 de 2019, art. 3º, §3º.

A intervenção requerida refere-se a Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, de 04 indivíduos arbóreos, em área de 0,040 ha, com rendimento lenhoso de 0,75 m³ de madeira de floresta nativa, para instalação de infraestrutura.(página 4 dos autos).

A intervenção acima citada está localizada no Sistema Geodésico Brasileiro, UTM – SIRGAS 2000, coordenadas Plano Retangular, Zona 23, Longitude 756.794 e Latitude 7.860.802.

Em análise à documentação apresentada, parte integrante do processo em tela, temos que o requerimento para intervenção ambiental apresenta área total da propriedade correspondente a 12,10 ha, não sendo preenchido o item 2 e 4, salienta-se que no referido Requerimento foi informado que o aproveitamento do rendimento lenhoso corresponde a madeira de floresta nativa com volumetria de 0,75 m³, e será aproveitado para uso interno no imóvel ou empreendimento.

O uso atual do solo, segundo o CAR, apresenta área total de 11,8038 ha, assim distribuídos:

- Área de preservação permanente: 0,7331 ha;
- Área de uso restrito: 0,0000 ha,
- Área consolidada: 0,0000 ha;
- Remanescente de Vegetação Nativa: 0,0000 ha;
- Área de Reserva Legal: 4,3684 ha.

O mapa/croqui da propriedade não citou a área total do imóvel, número de registro e não apresentou o quadro de áreas.

Salienta-se que no CAR apresentado, a área de reserva legal é composta por 02 fragmentos de vegetação nativa, no entanto, o mapa/croqui da propriedade foi demarcado apenas 01 fragmento.(página 22 dos autos).

Não foi apresentado o PSUP, pois segundo a legislação vigente, para requerimento de Autorização Simplificada não é exigido o referido documento, pois não consta na lista de documentos necessários para a protocolização do mesmo.

4.1 Eventuais restrições ambientais:

Segundo pesquisa realizada no IDESisema, não existe restrições ambientais na totalidade para a área de intervenção requerida, para vulnerabilidade natural é classificada como BAIXA e para a prioridade para conservação da biodiversidade não se aplica.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

Não se aplica.

4.3 Vistoria realizada:

Conforme acima citado, a intervenção requerida corresponde ao Corte ou aproveitamento de 04 (quatro) árvores isoladas nativas vivas, correspondente a área de 0,04 ha.

De acordo com a legislação vigente, esta atividade é enquadrada como Autorização Simplificada, e a autorização simplificada para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas está prevista no § 3º do art. 3º do Decreto 47.749 de 11 de novembro de 2019 e será emitida desde que observadas as seguintes condições:

- I – não se tratem de espécies ameaçadas de extinção constantes da Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou constantes da lista oficial do Estado de Minas Gerais ou espécies objeto de proteção especial, estabelecida por legislação específica;
- II – estejam localizadas fora de APP e Reserva Legal;
- III – não ultrapassem o limite máximo de quinze indivíduos por hectare, considerando, cumulativamente, todas as autorizações emitidas para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas realizadas pelo solicitante no período de três anos anteriores no mesmo imóvel rural.
- IV - assinatura de termo de responsabilidade com o órgão ambiental, de forma a garantir a veracidade das informações prestadas.

Sendo assim, através de análise do CAR ancorado em imagens de satélites, disponíveis no Google Earth, e lançamento de coordenadas planas retangulares - UTM, dos indivíduos arbóreos requeridos para o corte, em conformidade com a planilha em formato excel, parte integrante do processo em tela, verificou-se que as mesmas **encontram-se em área de reserva legal**, e de acordo com a legislação pertinente, conforme acima especificado, tal atividade **não é passível de autorização**, não sendo portanto, necessário a realização de vistoria no local.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: não informado;

- Solo: não informado;

- Hidrografia: não informado.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Bioma Mata Atlântica, na sua feição Floresta Estacional Semidecidual secundária.

- Fauna: não informado

4.4 Alternativa técnica e locacional

Não é o caso

4.5 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Não é o caso

5 Medidas compensatórias:

Não é o caso

5.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes (se for o caso de áreas já autorizadas):

Não é o caso

6 Análise Técnica:

No processo em tela, a intervenção requerida corresponde ao Corte ou aproveitamento de 04 (quatro) árvores isoladas nativas vivas, correspondente a área de 0,04 ha, com rendimento lenhoso de 0,75 m³ de madeira de floresta nativa, para instalação de infraestrutura, e em conformidade com a documentação apresentada, verificou-se tratar de atividade que se enquadra como Autorização Simplificada, e ao analisar as coordenadas de localização das referidas árvores, onde foi apresentada planilha em formato Excel com os dados necessários para localização das mesmas, utilizando de imagens do Google Earth, verificou-se que estas se **encontram em área de reserva legal**.

A legislação pertinente especifica que tal atividade só é permitida, dentre outros, se estiver localizada fora de área de Reserva Legal ou Área de Preservação Permanente.

Contudo, a solicitação do empreendedor, foi analisada levando em consideração todas as condições, mas ancorando no inciso II, § 3º do art. 3º do Decreto 47.749 de 11 de novembro de 2019, onde tal atividade não se enquadra, **não sendo portanto, passível de autorização**.

Diante do exposto sugere-se o **INDEFERIMENTO** da solicitação requerida.

7 Conclusão:

Sugere-se o **INDEFERIMENTO** da solicitação de intervenção para Corte ou aproveitamento de 04 (quatro) árvores isoladas nativas vivas, correspondente a área de 0,04 ha, pois a mesma não se enquadra à legislação vigente, intervenção esta, requerida no imóvel denominado Fazenda Boa Vista, pertencente ao Senhor André Luiz de Oliveira e Silva, localizada no Município de Santana do Paraíso - MG.

8 Condicionantes:

Não se enquadra neste caso.

Karla Machado Soares

Horades José de Oliveira

Analista Ambiental

Analista Ambiental

Masp: 1178468-3

Masp: 562866-4



Documento assinado eletronicamente por **Karla Machado Soares, Servidora**, em 11/12/2020, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **22814010** e o código CRC **CBB5749B**.

Referência: Processo nº 2100.01.0051242/2020-89

SEI nº 22814010